



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.345/2025, DE 21 DE AGOSTO DE 2025.

Dispõe sobre doação de um terreno localizado na sede do Município de Quixeramobim para a Associação Nossa Senhora de Fátima e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo municipal autorizado a doar à Associação Nossa Senhora de Fátima, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ 61.690.362/0001-46, estabelecida na Rua Antonio Zuza, nº 379, bairro Maravilha, na cidade de Quixeramobim-CE, um terreno pertencente ao Município, localizado na Rua José Antônio Almeida, s/n, bairro Maravilha, na cidade de Quixeramobim, medindo uma área de **1.162,56 m²** (mil cento e sessenta e dois virgula cinquenta e seis metros quadrados), com perímetro de divisa medindo **170,01m** (cento e setenta metros e um centímetro), terreno este matriculado sob o nº **R.02/8635** no Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, contendo os limites e confrontações segundo memorial anexo.

Art. 2º. O terreno que trata o art. 1º desta Lei será doado à Associação Nossa Senhora de Fátima, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com CNPJ 61.690.362/0001-46, para a implantação de Centro de Formação Profissional e Social em Quixeramobim/CE, a ser custeado com recursos próprios do ente associativo, oportunizando o fomento do mercado de trabalho local e de atividades sociais.

Art. 3º. A doação será feita sob as seguintes condições:

I - Do Uso Específico do Imóvel: O imóvel doado deverá ser utilizado para a instalação e operação do Centro de Formação Profissional e Social e atividades afins, a ser instalado pela Associação Nossa Senhora de Fátima;

II - Do Prazo de Implantação:

- a) A obra e/ou reforma, deverá ter início em até 48 meses após a cessão da área e concessão das licenças obrigatórias, e finalizadas em até caso não se cumpra esse prazo o imóvel retornará para o patrimônio do Município.
- b) O Município deverá providenciar a infraestrutura de energia elétrica, garantir o fornecimento de água e esgoto, necessários para o bom funcionamento do Centro de Formação Profissional e Social.

III - Inadimplemento e Desídia: Caso a empresa beneficiada interrompa as obras ou suspenda o uso do imóvel, sem justificativa ou motivo relevante, por período superior a 12 (doze) meses,



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

o imóvel retornará automaticamente ao patrimônio do Município, sem direito a qualquer indenização por benfeitorias;

IV - Contrapartida Social: A Associação Nossa Senhora de Fátima deverá implementar programas sociais ou de capacitação profissional que beneficiem a população do Município, conforme especificado em convênio ou termo a ser celebrado com o Executivo;

Art. 4º. O imóvel, objeto de doação, será transferido e regularizado por meio de doação com encargos, que deverá trazer gravado em seu texto cláusula de reversão do imóvel ao patrimônio do Município de Quixeramobim no caso do descumprimento dos prazos e condições previstas no art. 3º, constando, também, a proibição de qualquer tipo de venda ou destinação diversa da estipulada na presente Lei.

Parágrafo Único. Após o decurso dos prazos enumerados no inciso II do art. 3º, havendo a empresa cumprido com o estipulado, a doação terá força de Título Definitivo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 21 de agosto de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



MEMORIAL DESCRITIVO DE TERRENO



O terreno de propriedade da **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**, fica situado na **Rua José Antonio Almeida, Bairro Maravilha, Zona Urbana - QUIXERAMOBIM/CE**, no Estado do CEARÁ. Sua área total é de **A:1.162,56m²** e seu perímetro de divisa é de **170,01 metros**. Assim distribuídos com seus respectivos confinantes:

Ao Leste:

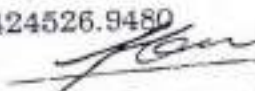
- Do Vértice 01 (9424526.9480 S; 466812.9250 W) ao Vértice 02 (9424505.3670 S; 466778.3990 W) e medindo 40,72 metros.
 - Do Vértice 02 (9424505.3670 S; 466778.3990 W) ao Vértice 03 (9424499.7040 S; 466769.2450 W) e medindo 10,76 metros.
 - Do Vértice 03 (9424499.7040 S; 466769.2450 W) ao Vértice 04 (9424491.1470 S; 466752.5840 W) e medindo 18,73 metros.
 - Do Vértice 04 (9424491.1470 S; 466752.5840 W) ao Vértice 05 (9424490.1020 S; 466752.1960 W) e medindo 1,11 metros.
- Limita-se com a Avenida do Saber Walter Batista de Santana.

Ao Sul:

- Do Vértice 05 (9424490.1020 S; 466752.1960 W) ao Vértice 06 (9424488.9690 S; 466753.0060 W) e medindo 1,39 metros.
 - Do Vértice 06 (9424488.9690 S; 466753.0060 W) ao Vértice 07 (9424475.2160 S; 466792.2150 W) e medindo 41,55 metros.
- Limita-se com a Rua Artur Bino.

Ao Oeste:

- Do Vértice 07 (9424475.2160 S; 466792.2150 W) ao Vértice 08 (9424488.1440 S; 466796.6630 W) e medindo 13,67 metros.
 - Do Vértice 08 (9424488.1440 S; 466796.6630 W) ao Vértice 09 (9424496.9300 S; 466799.9310 W) e medindo 9,37 metros.
 - Do Vértice 09 (9424496.9300 S; 466799.9310 W) ao Vértice 01 (9424526.9480 S; 466812.9250 W) e medindo 32,71 metros.
- Limita-se com a Rua Jose Antonio Almeida.


Engenheiro Civil



1 PLANTA BAIXA

Flávio
CRÉD: RJ 1000
Engenheiro

QUADRO DE COORDENADAS					
DATUM: SADAD 2000			TIPO DE COORDENADA: UTM		
ZONA: 30V			UNIDADE: METROS		
COORDENADAS UTM			COORDENADAS UTM		
PONTO	LATITUDE	LONGITUDE	PONTO	LATITUDE	LONGITUDE
V-01	9424574.940 S	486752.920 W	V-06	9424485.990 S	486752.000 W
V-02	9424574.940 S	486752.920 W	V-07	9424475.110 S	486752.210 W
V-03	9424574.940 S	486752.920 W	V-08	9424465.140 S	486752.600 W
V-04	9424574.940 S	486752.920 W	V-09	9424455.130 S	486752.930 W
V-05	9424574.940 S	486752.920 W			

LEGENDA:

- Rua / Via (existente ou futura)
- Terreno para Dobra
- ⊗ Ponto de Coordenada
- Detachamento / Outros

PROJETO DE ARRUAMENTO - PMQ

ENDEREÇO:	Rua José Antonio Almeida, Bairro Maravilha, Zona Urbana		
MUNICÍPIO:	Quixeramobim - Ce	DADOS:	A:1.162,56m² / P:170,01m
CORTEADO:	Planta Baixa	DESENHO:	Rúbens Nascimento
RESPONSÁVEL:	Flávio Soares Nunes	DATA:	Fevereiro/2025
		PRANCHA:	01/01

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que revendo no Cartório a meu cargo as Fichas de Registro de Imóveis, delas às fls. 001/001v da Matricula nº 8635, datada de 24/03/2025, reproduzida neste ato por cópia fiel da supracitada matrícula, da qual não consta nenhum outro lançamento até a presente data. Emitida na forma do art. 19 § 1º da Lei 6.015/73. O referido é verdade, dou fé. // // // //



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
QUIXERAMOBIM - CE

CNM: 019968.2.0008635-31
Ficha: 1v

MATRÍCULA: 8635

QUIXERAMOBIM/CE, 24 de março de 2025

FRANCISCO JOSE FERREIRA
SUBSTITUTO

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES

Nº de Atestado: 20250324000067

Total de Emolumentos: R\$ 38,12

Total FERMOJU: R\$ 1,87

Total FRIMP: R\$ 1,91

Total FAADep: R\$ 1,91

Total Selos: R\$ 10,48

Valor Total: R\$ 54,29

Detalhamento de cobrança / Listagem dos
códigos da tabela de emolumentos envolvidos

(1) 007020 / (1) 007019





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO PGM N° 052/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, no uso de suas atribuições legais, da competência que lhe confere o artigo 87 da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, da Lei nº 3.345/2025, de 21 de agosto de 2025.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 21 de agosto de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os fins que se fizerem necessários que a Lei nº 3.345/2025, de 21 de agosto de 2025, foi devidamente publicada por meio de afixação na sede desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim e do Edital de Publicação PGM nº 052/2025. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 21 de agosto de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 018/2025 DE 1º DE AGOSTO DE 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Igor Costa Martins
Presidente da Câmara Municipal
Nesta

Com os cumprimentos de estilo, submeto à apreciação de Vossa Excelência e dos respeitáveis membros dessa augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre doação de um terreno localizado na sede do Município de Quixeramobim para a Associação Nossa Senhora de Fátima, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de construir um Centro de Formação Profissional e Social.

A Associação Nossa Senhora de Fátima é uma instituição cuja finalidade é promover ações de inclusão social, qualificação profissional, com ampla difusão no desenvolvimento comunitário.

A medida ora proposta encontra fundamento no interesse público e no princípio da função social da propriedade, especialmente quando voltada à execução de políticas públicas complementares na área social e educacional. Ressalta-se que a doação será formalizada mediante instrumento público, com cláusula de reversão em caso de desvio de finalidade ou descumprimento dos encargos assumidos.

Ademais, o empreendimento proporcionará a oferta de cursos livres, oficinas culturais e atividades de capacitação para pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial para os jovens da comunidade local.

A doação do terreno, condicionada ao cumprimento de todas as exigências legais e ao início das obras em prazo determinado, assegura que o interesse público prevaleça e que o benefício esperado seja concretizado. O projeto estabelece cláusulas que garantem a reversão do imóvel ao Município em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela beneficiária, preservando assim o patrimônio público.

Assim, na certeza da pronta acolhida à presente proposição, solicito a Vossa Excelência submeter a matéria proposta a competente análise dos respeitáveis membros dessa Câmara Municipal para apreciação em caráter de urgência simples, pela relevância de seu conteúdo.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim (CE), 1º de agosto de 2025.

Atenciosamente,

CIRILO PIMENTA
Prefeito



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 018/2025, DE 1º DE AGOSTO DE 2025.

Dispõe sobre doação de um terreno localizado na sede do Município de Quixeramobim para a Associação Nossa Senhora de Fátima e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo municipal autorizado a doar à Associação Nossa Senhora de Fátima, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ 61.690.362/0001-46, estabelecida na Rua Antônio Zuza, nº 379, bairro Maravilha, na cidade de Quixeramobim-CE, um terreno pertencente ao Município, localizado na Rua José Antônio Almeida, s/n, bairro Maravilha, na cidade de Quixeramobim, medindo uma área de **1.162,56 m²** (mil cento e sessenta e dois virgula cinquenta e seis metros quadrados), com perímetro de divisa medindo **170,01m** (cento e setenta metros e um centímetro), terreno este matriculado sob o nº **R.02/8635** no Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, contendo os limites e confrontações segundo memorial anexo.

Art. 2º. O terreno que trata o art. 1º desta Lei será doado à Associação Nossa Senhora de Fátima, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com CNPJ 61.690.362/0001-46, para a implantação de Centro de Formação Profissional e Social em Quixeramobim/CE, a ser custeado com recursos próprios do ente associativo, oportunizando o fomento do mercado de trabalho local e de atividades sociais.

Art. 3º. A doação será feita sob as seguintes condições:

I - Do Uso Específico do Imóvel: O imóvel doado deverá ser utilizado para a instalação e operação do Centro de Formação Profissional e Social e atividades afins, a ser instalado pela Associação Nossa Senhora de Fátima;

II - Do Prazo de Implantação:

- a) A obra e/ou reforma, deverá ter início em até 48 meses após a cessão da área e concessão das licenças obrigatórias, e finalizadas em até caso não se cumpra esse prazo o imóvel retornará para o patrimônio do Município.
- b) O Município deverá providenciar a infraestrutura de energia elétrica, garantir o fornecimento de água e esgoto, necessários para o bom funcionamento do Centro de Formação Profissional e Social.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

III - Inadimplemento e Desídia: Caso a empresa beneficiada interrompa as obras ou suspenda o uso do imóvel, sem justificativa ou motivo relevante, por período superior a 12 (doze) meses, o imóvel retornará automaticamente ao patrimônio do Município, sem direito a qualquer indenização por benfeitorias;

IV - Contrapartida Social: A Associação Nossa Senhora de Fátima deverá implementar programas sociais ou de capacitação profissional que beneficiem a população do Município, conforme especificado em convênio ou termo a ser celebrado com o Executivo;

Art. 4º. O imóvel, objeto de doação, será transferido e regularizado por meio de doação com encargos, que deverá trazer gravado em seu texto cláusula de reversão do imóvel ao patrimônio do Município de Quixeramobim no caso do descumprimento dos prazos e condições previstas no art. 3º, constando, também, a proibição de qualquer tipo de venda ou destinação diversa da estipulada na presente Lei.

Parágrafo Único. Após o decurso dos prazos enumerados no inciso II do art. 3º, havendo a empresa cumprido com o estipulado, a doação terá força de Título Definitivo.


Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 1º de agosto de 2025.


CIRILO PIMENTA
Prefeito

Sancionado e Transformado em Lei/Sob o No.

3.345 de 21/08/2025


Cirilo Antonio Pimenta Lima
Prefeito Municipal


APROVADO EM
13/08/25
Pelo Conselho Municipal



MEMORIAL DESCRITIVO DE TERRENO



O terreno de propriedade da **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**, fica situado na **Rua José Antonio Almeida, Bairro Maravilha, Zona Urbana - QUIXERAMOBIM/CE**, no Estado do CEARÁ. Sua área total é de **A:1.162,56m²** e seu perímetro de divisa é de **170,01 metros**. Assim distribuídos com seus respectivos confinantes:

Ao Leste:

- Do Vértice 01 (9424526.9480 S; 466812.9250 W) ao Vértice 02 (9424505.3670 S; 466778.3990 W) e medindo 40,72 metros.
 - Do Vértice 02 (9424505.3670 S; 466778.3990 W) ao Vértice 03 (9424499.7040 S; 466769.2450 W) e medindo 10,76 metros.
 - Do Vértice 03 (9424499.7040 S; 466769.2450 W) ao Vértice 04 (9424491.1470 S; 466752.5840 W) e medindo 18,73 metros.
 - Do Vértice 04 (9424491.1470 S; 466752.5840 W) ao Vértice 05 (9424490.1020 S; 466752.1960 W) e medindo 1,11 metros.
- Limita-se com a Avenida do Saber Walter Batista de Santana.

Ao Sul:

- Do Vértice 05 (9424490.1020 S; 466752.1960 W) ao Vértice 06 (9424488.9690 S; 466753.0060 W) e medindo 1,39 metros.
 - Do Vértice 06 (9424488.9690 S; 466753.0060 W) ao Vértice 07 (9424475.2160 S; 466792.2150 W) e medindo 41,55 metros.
- Limita-se com a Rua Artur Bino.

Ao Oeste:

- Do Vértice 07 (9424475.2160 S; 466792.2150 W) ao Vértice 08 (9424488.1440 S; 466796.6630 W) e medindo 13,67 metros.
 - Do Vértice 08 (9424488.1440 S; 466796.6630 W) ao Vértice 09 (9424496.9300 S; 466799.9310 W) e medindo 9,37 metros.
 - Do Vértice 09 (9424496.9300 S; 466799.9310 W) ao Vértice 01 (9424526.9480 S; 466812.9250 W) e medindo 32,71 metros.
- Limita-se com a Rua Jose Antonio Almeida.


Engenheiro Civil



1 PLANTA BAIXA

Flávio
Criação Técnica
Engenheiro

QUADRO DE COORDENADAS					
DATUM: SIRGAS 2000			TIPO DE COORDENADA: UTM		
ZONA: 20N			UNIDADE: METROS		
COORDENADAS UTM			COORDENADAS UTM		
PONTO	LATITUDE	LONGITUDE	PONTO	LATITUDE	LONGITUDE
V-01	9424526.9480 S	486813.3250 W	V-06	9424488.9900 S	486733.0060 W
V-02	9424526.9480 S	486733.0060 W	V-07	9424475.2280 S	486733.0060 W
V-03	9424498.2040 S	486733.0060 W	V-08	9424468.1480 S	486733.0060 W
V-04	9424481.3400 S	486733.0060 W	V-09	9424459.9900 S	486733.0060 W
V-05	9424480.2000 S	486733.0060 W			

LEGENDA:	
	Ruas / Vias existentes na cidade
	Territo para Coação
	Ponto de Coordenada
	Detalhamento / Outros

PROJETO DE ARRUAMENTO - PMQ

ENDEREÇO:	Rua José Antonio Almeida, Bairro Maravilha, Zona Urbana		
MUNICÍPIO:	Quixeramobim - Ce	DADOS:	A: 1.162,56m² / P: 170,01m
CONTEÚDO:	Planta Baixa	DESENHO:	Rúbens Nascimento
RESPONSÁVEL:	Flávio Soares Nunes	DATA:	Fevereiro/2025
		PRANCHAS:	01/01



1º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS

TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTO DE TÍTULOS, REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS, REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

OFICIAL DE REGISTROS PÚBLICOS: DANIEL QUEIROZ ROCHA
SUBSTITUTO: MANOEL BRAGA ROCHA NETO E FRANCISCO JOSÉ FERREIRA

RUA BOUGEVAL LEÃO, 678 - CENTRO
QUIXERAMOBIM - CE - CEP 63.800-000

FONE: (888) 2149-5270

CNM: 019968.2.0008635-31

MATRÍCULA

8635

Data:	24/03/2025
Livro:	2
Ficha	1
Rubrica:	

IMÓVEL: Um terreno foreiro ao patrimônio de São Francisco de Assis, desta Paróquia situado na Rua José Antônio Almeida, no Bairro Maravilha, nesta cidade, medindo 1.162,56m² e seu perímetro de divisa é de 170,01 metros, assim distribuídos com seus respectivos confinantes: ao leste: do vértice 01 (9424526.9480 S; 433812.9250 W) ao vértice 02 (9424505.3670 S; 466778.3990 W) e medindo 40,72m (quarenta metros e setenta e dois centímetros); do vértice 02 (9424505.3670 S; 466778.3990 W) ao vértice 03 (9424499.7040 S; 466769.2450 W) e medindo 10,76m (dez metros e setenta e seis centímetros); do vértice 03 (9424499.7040 S; 466769.2450 W) ao vértice 04 (9424491.1470 S; 466752.5840 W) e medindo 18,73m (dezoito metros e setenta e três centímetros); do vértice 04 (9424491.1470 S; 466752.5840 W) ao vértice 05 (9424490.1020 W) e medindo 1,11m (um metro e onze centímetros), limita-se com a Avenida do Saber Walter Batista de Santana; ao sul: do vértice 05 (9424490.1020 S; 466752.1960 W) ao vértice 06 (9424488.9690 S; 466753.0060 W) e medindo 1,39m (um metro e trinta e nove centímetros); do vértice 06 (9424488.9690 S; 466753.0060 W) ao vértice 07 (9424475.2160 S; 466792.2150 W) e medindo 41,55m (quarenta e um metros e cinquenta e cinco centímetros), limita-se com a Rua Artur Bino; ao oeste: do vértice 07 (9424475.2160 S; 466792.2150 W) ao vértice 08 (9424488.1440 S; 466796.6630 W) e medindo 13,67m (treze metros e sessenta e sete centímetros); do vértice 08 (9424488.1440 S; 466796.6630 W) ao vértice 09 (9424496.9300 S; 466799.9310 W) e medindo 9,37m (nove metros e trinta e sete centímetros); do vértice 09 (9424496.9300 S; 466799.9310 W) ao vértice 01 (9424526.9480 S; 466812.9250 W) e medindo 32,71m (trinta e dois metros e setenta e um centímetros), limita-se com a Rua José Antônio Almeida.

PROPRIETÁRIA: MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM, Estado do Ceará, ente jurídico de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 07.744.303/0001-68. Número do registro anterior: AV-2/11.938, do livro n.º 3, das Transcrições das Transmissões, do Registro de Imóveis desta comarca, em data de 24 de março de 2025. O referido é verdade. Dou fé. Data supra. Eu, (Francisco José Ferreira), Oficial Substituto, a digitei e subscrevo. //

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que revendo no Cartório a meu cargo as Fichas de Registro de Imóveis, delas às fls. 001/001v da Matrícula n.º 8635, datada de 24/03/2025, reproduzida neste ato por cópia fiel da supracitada matrícula, da qual não consta nenhum outro lançamento até a presente data. Emitida na forma do art. 19 § 1º da Lei 6.015/73. O referido é verdade, dou fé. //



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
QUIXERAMOBIM - CE

CNM: 019968.2.0008635-31
Ficha: 1v

MATRÍCULA: 8635

QUIXERAMOBIM/CE, 24 de março de 2025


FRANCISCO JOSE PERCEIRA
SUBSTITUTO

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES

Nº de Atendimento: 20250324/00057

Total de Emolumentos: R\$ 38,12

Total FERMOJU: R\$ 1,67

Total FRMMP: R\$ 1,91

Total FAADEP: R\$ 1,91

Total Selos: R\$ 10,48

Valor Total: R\$ 54,29

Detalhamento de cobrança / Listagem dos
códigos da tabela de emolumentos envolvidos
(1) 007020 / (1) 007019





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.690.362/0001-46 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/05/2025
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO NOSSA SENHORA DE FATIMA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO NOSSA SENHORA DE FATIMA	PORTE DEMAIS
--	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO R ANTONIO ZUZA	NÚMERO 379	COMPLEMENTO *****
------------------------------	---------------	----------------------

CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO MARAVILHA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM	UF CE
-------------------	------------------------------	---------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ASSOCIACAON.SENHORADEFATIMAQXB@GMAIL.COM	TELEFONE (88) 9847-2537
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/05/2025
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 14/07/2025 às 17:53:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º - Constitui-se, sob a denominação de ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil sem fins, regido pelo presente estatuto e pelas demais disposições que lhes forem aplicadas.

Art. 2º - A sede da associação será na RUA ANTÔNIO ZUZA, 379, MARAVILHA, QUIXERAMOBIM - CE.

Art. 3º - A associação terá como finalidades:

- I. Promoção da assistência social;
- II. Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III. Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei;
- IV. Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei;
- V. Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI. Promoção do voluntariado;
- VII. Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- VIII. Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- IX. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

Art. 4º - Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na lei para consecução das finalidades, podendo-se, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de: execução direta de projetos, programas ou planos de ações; celebração de convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos; doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Art. 5º - A fim de cumprir suas finalidades, a associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias e regimentais.

Parágrafo Único: A associação poderá ter um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 6º - No desenvolvimento de suas atividades serão observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, sem qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 7º - O tempo de duração da associação é indeterminado.



CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Art. 8º - São associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem admitidos como tais, sendo aprovados pela Diretoria da associação, pertencendo todos a uma única categoria.

Art. 9º - São direitos dos associados:

- I. Participar das atividades da associação;
- II. Tomar parte nas Assembleia gerais com igual direito de voto; e
- III. Votar e ser votado para os cargos da administração.

Art. 10º - São deveres dos associados:

- I. Respeitar e cumprir as decisões das Assembleia e demais órgãos dirigentes da entidade;
- II. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e demais disposições internas;
- III. Zelar pelo nome da associação;
- IV. Participar das Assembleia Gerais.

Art. 11º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações constituídas pela associação.

Art. 12º - Os associados perdem seus direitos:

- I. Se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- II. Se infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- III. Se praticarem atos nocivos ao interesse da associação;
- IV. Se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da associação ou de seus membros; ou
- V. Se praticarem atos ou valerem-se do nome da associação para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

Parágrafo 1º - Em qualquer das hipóteses previstas acima, além de perderem seus direitos, os associados poderão ser excluídos da associação por decisão da Diretoria, caso seja reconhecida justa causa para tanto, assegurado o direito de se defender, valendo-se de todos os meios de prova admitidos em lei.

Parágrafo 2º - Da decisão da Diretoria que pretenda excluir um associado, cabe recurso à Assembleia Geral, que decidirá, por maioria de votos, sobre a exclusão ou não do associado, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

Art. 13º - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa de carta datada e assinada endereçada à entidade.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14º - A associação será administrada pelos seguintes órgãos: I - Assembleia Geral; II - Diretoria Executiva; e III - Conselho Fiscal.



Parágrafo 1º - Os dirigentes que atuarem diretamente na gestão executiva da entidade poderão remunerados, bem como aqueles que prestarem serviços específicos para a associação, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado.

Parágrafo 2º - A associação adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação em sua gestão.

Seção I - Da Assembleia Geral

Art. 15º - A Assembleia Geral é órgão máximo e soberano da vontade social e será constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 16º - Compete à Assembleia Geral:

- I. Eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- II. Destituir os membros a Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal;
- III. Referendar a admissão de associados feita pela Diretoria;
- IV. Aprovar a admissão e exclusão dos associados da entidade;
- V. Alterar o estatuto;
- VI. Apreciar o relatório da Diretoria Executiva e decidir sobre a aprovação das contas e balanço anual.

Parágrafo 1º - Para as atribuições previstas nos incisos II e V, é exigida a deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem associados, ou com menos de associados nas convocações seguintes.

Parágrafo 2º - a aprovação das contas previstas no inciso VI, deverá atentar para:

- I. A observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. Que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS;
- III. Realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do Termo de Parceria;
- IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal alterado pela Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/1998.

Art. 17º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no primeiro trimestre de cada ano para:

- I. Aprovar as contas da Diretoria Executiva;
- II. Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- III. Aprovar o relatório de atividades e elaborar o planejamento para o exercício seguinte;
- IV. Referendar a aprovação de novos associados.

Art. 18º - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando houver interesses da associação que exigirem o pronunciamento dos associados e para os fins previstos por lei, bem como nos seguintes casos:

- I. Reforma do estatuto;
- II. Eleição de membros da diretoria ou do conselho fiscal, por renúncia daqueles em exercício;
- III. Destituição de administradores ou conselheiros;
- IV. Exclusão de associados.



Art. 19º - A Assembleia Geral será convocada para fins determinados, mediante prévio e geral anúncio, por meio de edital afixado na sede da entidade, por circulares ou outros meios adequados, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sendo garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Parágrafo único - A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com maioria absoluta dos associados e em segunda convocação, decorridos trinta minutos, com qualquer número, e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos associados presentes, salvo exceções previstas por este Estatuto.

Seção II – Da Diretoria Executiva

Art. 20º - A Diretoria Executiva será constituída por um(a) Presidente(a), um(a) Vice-Presidente(a), um(a) Tesoureiro(a) e um(a) Secretário(a), associados ou não, devidamente eleitos pela Assembleia Geral pelo mandato de 3 (anos), podendo haver no máximo 3 reeleições sucessivas por igual período no mesmo cargo e não havendo limite para reeleições não sucessivas.

Art. 21º - Compete à Diretoria Executiva:

- I. Elaborar programa anual de atividades e executá-lo;
- II. Elaborar e apresentar o relatório anual à assembleia geral;
- III. Entrosar-se com instituições públicas e privadas, para mútua colaboração em atividades de interesses comum;
- IV. Convocar a assembleia geral;
- V. Contratar e demitir funcionários;
- VI. Praticar atos da gestão administrativa;
- VII. Aprovar a admissão de novos associados na entidade;
- VIII. Outras funções que lhes forem atribuídas pelo respectivo regimento, aprovadas pela assembleia geral.

Art. 22º - Compete ao Presidente:

- I. Cumprir e fazer cumprir este estatuto;
- II. Presidir a assembleia geral;
- III. Convocar e presidir as reuniões da diretoria e
- IV. Dirigir e supervisionar todas as atividades da associação, podendo, para tanto, admitir e dispensar empregados, regidos pela consolidação das leis do trabalho, bem como, contratar a locação de serviços de trabalhadores eventuais e sem vínculo empregatício, quando for o caso.

Parágrafo único – Compete ao Vice-Presidente (a) as mesmas atribuições do Presidente (a) em sua ausência, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas funções.

Art. 23º - Compete ao Tesoureiro(a):

- I. Auxiliar o Presidente(a) no gerenciamento das atividades administrativas e contábeis da associação;
- II. Arrecadar e contabilizar auxílios e donativos em dinheiro ou em espécie, mantendo em dia a escrituração, toda comprovada;
- III. Pagar as contas das despesas autorizadas pelo Presidente(a);
- IV. Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- V. Apresentar relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral; e
- VI. Conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias.

Parágrafo único – Compete ao Secretário(a) lavrar atas das Assembleia Gerais realizadas, devidamente assinadas pelo Presidente da Assembleia e pelos associados presentes, e registrá-las no cartório competente, bem como auxiliar o tesoureiro no desempenho de suas funções.

Art. 24º - Caberá ao Presidente(a) e Vice-Presidente(a) na ausência do primeiro, representar a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, inclusive para movimentação de contas bancárias ficando expressamente vedado o uso do nome da associação para qualquer fim estranho às suas finalidades, como fianças, avais ou quaisquer outros atos de favor.

Art. 25º - A Diretoria será eleita com base nos seguintes critérios:

- I. Associado pertencente ao quadro social há, no mínimo, 3 (três) anos, excetuada a primeira composição da Diretoria;
- II. Pleno gozo dos direitos estatutários, bem como quitação com as obrigações estatutárias;
- III. Eleição decidida pela anuência da maioria simples dos associados presentes em Assembleia Geral, nos termos do artigo 17, inciso II.

Seção III – Do Conselho Fiscal

Art. 26º - O Conselho Fiscal compor-se-á de 1 (um) membro efetivo, associado, eleito pela Assembleia Geral da associação, sendo seu mandato coincidente com o mandato da Diretoria.

Art. 27º - O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que são conferidos por lei, sendo competente, dentre outras atribuições, para:

- I. Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade, devendo a diretoria executiva prestar todas as informações solicitadas;
- II. Examinar as contas da diretoria executiva no final de cada exercício, submetendo-as à aprovação da assembleia geral;
- III. Auxiliar a diretoria, sempre que solicitado;
- IV. Sugerir a contratação e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes e
- V. Convocar extraordinariamente a assembleia geral.

Art. 28º - O membro do Conselho Fiscal desempenhara as suas funções e atribuições sem remuneração, podendo, no entanto, receber reembolso de despesas realizadas comprovadamente no exercício de suas atribuições.

Capítulo IV – Do Patrimônio e da Dissolução

Art. 29º - O patrimônio da associação será constituído por eventual doação inicial dos associados e pelos bens móveis e imóveis e direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações de pessoas físicas, de pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas jurídicas de direito público; prestações de serviços; aplicação de receitas e outras fontes; convênios, apoios e financiamentos, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da associação.

Art. 30º - A associação não distribuirá, entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou



parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 31º - Todo patrimônio e receitas da associação deverão ser destinados aos objetivos a que se propõe a entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento.

Art. 32º - A alienação, hipoteca, doação, penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da Assembleia Geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

Art. 33º - A associação poderá ser extinta por deliberação dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembleia Geral extraordinária para tal fim, a qual deverá observar as regras previstas no parágrafo 1º do artigo 16º do presente estatuto. Poderá também ser extinta por demais formas previstas em lei.

Art. 34º - Em caso de dissolução da entidade, o patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, preferencialmente com o mesmo objetivo social.

Art. 35º - Na hipótese de obtenção e posterior perda da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou a qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos mesmos termos.

Capítulo V – Do Exercício Social

Art. 36º - O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 37º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base na escrituração contábil da associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

Capítulo VI – Disposições Gerais

Art. 38º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 39º - Fica eleito o Foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste estatuto.

ADVOGADO

PRESIDENTE

2º Ofício de
Tráfego
2º Ofício de
Tráfego

2º Ofício de
Quixeramobim-CE

2º Ofício de
Quixeramobim-CE

2º Onibus de
Itaxeramobim-CE

2º Ofício de
Juiz de Direito - CE

2º Ofício de
Juiz de Direito - Juiz de Direito - Juiz de Direito

2º Ofício de
Juiz de Direito - CE

2º Ofício de
Juiz de Direito - CE

2º Ofício de
Juiz de Direito - CE

2º Ofício de
Juiz de Direito - CE

2º Ofício de
Juiz de Direito - CE

2º Ofício de
Juiz de Direito - CE

2º Ofício de
Juiz de Direito - CE

2º Ofício de
Juiz de Direito - CE

Canal
do
2º QM?

Carroll
do
Office



CARTÓRIO QUEIROZ ROCHA
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
OFICIAL DE REGISTROS PÚBLICOS: DANIEL QUEIROZ ROCHA
SUBSTITUTOS: MANOEL BRAGA ROCHA NETO E FRANCISCO JOSÉ FERREIRA



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

PRENOTAÇÃO Nº 12939 de 16/05/2025 | REGISTRO Nº 2622 de 16/05/2025

Certifico e dou fé que o documento em papel com 8 páginas, foi apresentado em 16/05/2025, o qual foi registrado sob nº 2622 em 16/05/2025, no livro 34A folha(s): 178 à 181v deste Cartório na presente data.

Natureza: ESTATUTO SOCIAL

Apresentante: ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE FATIMA

Valor: Sem Valor Declarado Data do Documento: 16/05/2025

Partes: ANA MEIRE LOPES DE SOUZA - 891.411.303-59, MARIA SUERLENE OLIVEIRA DE SOUZA - 741.918.373-20, MARIA CELIA DA SILVA SOUSA PIMENTA - 041.261.333-64, ELIDA RODRIGUES DA SILVA - 043.685.973-46, ANTONIA MARIA LOPES DO NASCIMENTO - 820.492.893-91

QUIXERAMOBIM/CE, 16 de maio de 2025

PAULO ISAQUE ALVES SALUSTIANO
ESCREVENTE AUTORIZADO

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.
Primeira via de Certidão.



CONTAS DAS DESPESAS INCIDENTES	
Nº do Documento:	30250100000000000000
Taxa de Emenda:	R\$ 10,00
Taxa de Registro:	R\$ 17,25
Taxa CC:	R\$ 5,00
Taxa TRAMIT:	R\$ 5,00
Taxa PAVOP:	R\$ 5,00
Taxa SMC:	R\$ 18,50
Taxa Total:	R\$ 55,75
Base de Cálculo: Valor com Valor Declarado	
Valor Total: R\$ 55,75	
Qualificação de Registro: 1 (Registro de)	
Valor da taxa de emenda: 10,00	
Valor da taxa de registro: 17,25	
Valor da taxa de CC: 5,00	
Valor da taxa de TRAMIT: 5,00	
Valor da taxa de PAVOP: 5,00	
Valor da taxa de SMC: 18,50	
Valor da taxa de Total: 55,75	

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Aos 07 de maio de 2025, Rua Antônio Zuza, 379, Maravilha, Quixeramobim – CE, sob a Presidência de **Ana Meire Lopes de Souza**, Cabeleireira inscrita no CPF 891.411.303-59 e RG 321258197 SSP CE, escolhida por unanimidade dos presentes para presidir esta reunião, que nomeou a mim, **Elida Rodrigues da Silva**, Cozinheira, inscrita no CPF 043.685.973-46 e RG 043.685.973-46 SSPDS CE para secretária-la, reuniram-se **Maria Celia da Silva Sousa Pimenta**, Aux. de Produção, inscrita no CPF 041.261.333-64 e RG 2007021003570 SSPDS CE; **Antonia Maria Lopes do Nascimento**, Manicure, inscrita no CPF 820.492.893-91 e RG 95005011651 SSPDS CE; **Maria Suerlene Oliveira de Sousa**, Professora, inscrita no CPF 741.918.373-20 e RG 20070681010 SSPDS CE; para constituírem uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e atividade não econômica, por tempo indeterminado, sob a denominação de Associação Nossa Senhora de Fátima. Foi estabelecida pelos presentes a seguinte ordem do dia: I - constituição da associação; II - aprovação do Estatuto Social; III - definição da sede da associação; IV - constituição de sua primeira Diretoria; Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, os presentes deliberaram, por unanimidade: I - pela constituição de uma associação civil sem fins lucrativos e com atividade não econômica sob a denominação de Associação Nossa Senhora de Fátima; II - aprovação do Estatuto Social da Associação que segue na forma de anexo a esta ata; III - definição da sede da associação estabelecida na Rua Antônio Zuza, 379, Maravilha, Quixeramobim – CE; IV - apresentação, para compor a Diretoria, dos nomes de **Ana Meire Lopes de Souza** para o cargo de Presidente; **Maria Suerlene Oliveira de Sousa**, para o cargo de Vice-Presidente; **Maria Celia da Silva Sousa Pimenta**, para o cargo de Tesoureira; **Elida Rodrigues da Silva**, para o cargo de Secretário; **Antonia Maria Lopes do Nascimento** para o conselho fiscal, todos já qualificados nesta ata, sendo os nomes aprovados sem objeções pelos presentes, foram conduzidos de imediato aos cargos, sem impedimentos. Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, sendo assinada por todos os presentes (lista de presença anexa).

2ª Ofício de Quixeramobim-CE

Ana Meire Lopes de Souza
Assinatura do Presidente da Assembleia

2ª Ofício de Quixeramobim-CE

Elida Rodrigues da Silva
Assinatura do Secretário da Assembleia

Reconheço e autentico por SEVELHANÇA de

ANA MEIRE LOPES DE SOUZA

Do que dou fé.

QUIXERAMOBIM, 13 de maio de 2025

Luana de Sousa Silva
ESCREVENTE AUTORIZADA

EMOL	R\$ 3,50
ISS	R\$ 0,20
PRIMP	R\$ 0,27
FAZEP	R\$ 0,20
SELIC	R\$ 1,89

DI 479794

479794

Reconheço e autentico por SEVELHANÇA de

ELIDA RODRIGUES DA SILVA

Do que dou fé.

QUIXERAMOBIM, 14 de maio de 2025

Tayssa Lourenço de Sousa
ESCREVENTE AUTORIZADA

EMOL	R\$ 3,50
ISS	R\$ 0,20
PRIMP	R\$ 0,20
FAZEP	R\$ 0,20

DI 479827

479827

ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – BAIRRO DEPÓSITO

PROJETO SOCIAL: CONSTRUIR PARA REALIZAR

Nome do Responsável Legal/Proponente: Ana Meire Lopes de Souza

Quixeramobim, 22 de julho de 2025

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome: Associação Nossa Senhora de Fátima

CNPJ: 61.690.362/0001-46

Endereço: Antônio Zuza, 379 - Maravilha

CEP: 63800-000

REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Ana Meire Lopes de Souza

Endereço: Antônio Zuza, 351 - Maravilha

Cidade: Quixeramobim

CPF: 891.411.303-59

RG: 3212581-97

1. CONTEXTO

A Associação Nossa Senhora de Fátima é uma entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída, que atua na promoção de ações de inclusão social, qualificação profissional e desenvolvimento comunitário. A associação visa ofertar cursos livres, oficinas culturais e atividades de capacitação a públicos em situação de vulnerabilidade social, com foco especial em jovens, mulheres e adultos desempregados.

Entretanto, a falta de um espaço físico próprio tem limitado a expansão e a continuidade de suas atividades.

A aquisição de um terreno permitirá a construção de um Centro de Formação Profissional e Social, um espaço adequado para abrigar as atividades formativas da associação, proporcionando um ambiente estável, seguro e acessível à comunidade.

2. JUSTIFICATIVA

A construção deste espaço dentro do próprio bairro é de extrema importância, pois facilita o acesso da comunidade, especialmente de pessoas com mobilidade reduzida, crianças e famílias com baixa renda, que muitas vezes enfrentam dificuldades para se deslocar até outros equipamentos de assistência. A presença da sede da associação no território também promove visibilidade às ações sociais, atraindo para a comunidade

valores e princípios como solidariedade, empatia, responsabilidade coletiva e respeito.

Além disso, um espaço comunitário ativo e estruturado funciona como um fator de proteção social, contribuindo para o afastamento de crianças, adolescentes e jovens de situações de risco, como o uso de drogas, o aliciamento para a criminalidade e outras formas de violência.

Destaca-se ainda que, ao longo do tempo, **os próprios moradores, inicialmente beneficiários dos projetos, passam a se engajar voluntariamente nas ações desenvolvidas**, fortalecendo o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva. Essa participação ativa transforma a comunidade em um espaço mais colaborativo, autônomo e resiliente, promovendo redes de apoio mútuo e continuidade das iniciativas de forma sustentável.

Dessa forma, a concessão do terreno representa não apenas a doação de um espaço físico, mas um **investimento social estratégico**, com retorno direto e duradouro na qualidade de vida da população local e no fortalecimento de uma comunidade verdadeiramente participativa e transformadora.

3. OBJETIVO GERAL

Adquirir um terreno para a implantação do Centro de Formação Profissional e Social da Associação Nossa Senhora de Fátima, garantindo a sustentabilidade das ações de capacitação e desenvolvimento comunitário.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Garantir um espaço físico permanente e estruturado para oferta de cursos;
- Ampliar a capacidade de atendimento da associação;
- Assegurar regularidade e independência na execução das atividades formativas;
- Estimular a integração comunitária e o apoio mútuo as famílias;
- Estimular o empreendedorismo dentro do bairro atendido pela associação.

5. PÚBLICO-ALVO

- Jovens e adultos moradores do território em situação (ou risco) de vulnerabilidade social;
- Moradores do bairro interessadas em cursos de aperfeiçoamento;
- Moradores do território em fase de recolocação no mercado de trabalho.

6. ATIVIDADES PREVISTAS

7.1 Formação e Qualificação Profissional:

- Cursos profissionalizantes gratuitos: corte e costura, manicure, eletricitista, operador de caixa, cuidador de idosos, entre outros.
- Oficinas de empreendedorismo: como abrir e gerenciar um pequeno negócio.
- Aulas de informática básica e inclusão digital.
- Programa Jovem Aprendiz Comunitário: oficinas de preparação para o mercado de trabalho, elaboração de currículo e simulação de entrevistas.

7.2 Educação Complementar e Apoio Escolar

- Reforço escolar para crianças e adolescentes.
- Clubes de leitura e rodas de conversa sobre temas da atualidade.

7.3 Geração de Renda e Economia Solidária

- Feiras comunitárias para exposição e venda de produtos artesanais feitos pelos moradores.
- Bazar solidário com produtos doados ou confeccionados na comunidade.
- Capacitação em culinária e gastronomia caseira (ex: produção de bolos, salgados, marmitas).
- Criação de cooperativas ou grupos produtivos femininos.

7.4 Saúde e Bem-Estar

- Campanhas de prevenção: saúde da mulher, saúde bucal, saúde mental.
- Atendimentos em parceria com profissionais voluntários: psicólogos, nutricionistas, enfermeiros.
- Mutirões de limpeza e combate à dengue e outras endemias.
- Aulas de atividades físicas gratuitas: zumba, alongamento, yoga, caminhada comunitária.

7.5 Cultura, Esporte e Lazer

- Oficinas de arte e cultura: teatro, capoeira, dança, música.
- Campeonatos de futebol e esportes de rua.
- Cine comunidade com sessões abertas de filmes e debates.
- Festas temáticas e eventos comemorativos (Dia das Crianças, Natal, festas juninas, etc.).

7.6 Direitos e Cidadania

- Plantão de orientação jurídica e social com apoio de advogados voluntários.
- Campanhas de documentação: emissão de RG, CPF, título de eleitor.
- Cursos sobre direitos sociais, direitos da mulher, combate à violência doméstica.
- Palestras sobre políticas públicas e acesso a programas sociais.

7.7 Meio Ambiente e Sustentabilidade

- Criação de hortas comunitárias e escolares.
- Oficinas de reciclagem e reaproveitamento de materiais.
- Campanhas de educação ambiental e coleta seletiva.
- Plantio de árvores e revitalização de espaços públicos do bairro.

7.8 Apoio à Primeira Infância e à Família

- Grupos de apoio a gestantes e mães solo.
- Atividades lúdicas para crianças pequenas com foco no desenvolvimento infantil.
- Espaço de convivência para fortalecimento dos vínculos familiares.

7. METODOLOGIA

1. Diagnóstico Comunitário Participativo

Objetivo: compreender as necessidades reais da comunidade.

- Aplicação de questionários, rodas de conversa e visitas domiciliares.
- Levantamento de demandas por faixa etária, escolaridade e perfil socioeconômico.
- Mapeamento de talentos locais, espaços disponíveis e instituições parceiras.
- Registro das prioridades em relatório técnico para embasar as ações.

2. Planejamento das Ações

Objetivo: organizar as atividades de forma estratégica, com metas claras.

- Elaboração de cronograma anual com distribuição equilibrada das atividades.
- Definição de metas quantitativas e qualitativas por ação.
- Designação de responsáveis (equipe fixa ou voluntária).

- Previsão de orçamento e levantamento de recursos necessários (materiais, humanos, logísticos).
-

3. Capacitação da Equipe e Voluntariado

Objetivo: garantir que todas as ações sejam conduzidas com qualidade.

- Treinamento dos voluntários e oficinairos sobre metodologia, postura ética e acolhimento.
 - Encontros periódicos de alinhamento e planejamento colaborativo.
 - Manual de conduta e rotinas operacionais básicas.
-

4. Execução das Atividades

Objetivo: aplicar as ações com foco na participação ativa dos beneficiários.

- Divulgação clara e acessível na comunidade (cartazes, redes sociais, carro de som).
 - Inscrição prévia e controle de presença para organização das turmas.
 - Aulas, oficinas, eventos e atendimentos realizados de forma didática, respeitosa e inclusiva.
 - Adaptação de linguagem, horários e materiais conforme o público-alvo.
-

5. Parcerias e Articulação em Rede

Objetivo: ampliar o impacto social e otimizar recursos.

- Busca ativa por parceiros institucionais: escolas, postos de saúde, CRAS, igrejas, empresas locais.
 - Troca de serviços, doações e cessão de espaços.
 - Participação em fóruns e conselhos comunitários ou temáticos.
-

6. Monitoramento e Avaliação

Objetivo: mensurar os resultados e reorientar as práticas quando necessário.

- Registro sistemático de dados: número de atendimentos, frequência, perfil dos participantes.
 - Aplicação de questionários de satisfação.
 - Relatórios mensais e avaliação participativa com a equipe e beneficiários.
 - Ajustes contínuos nas atividades conforme os aprendizados.
-

7. Sustentabilidade e Continuidade

Objetivo: manter as ações vivas e eficazes a longo prazo.

- Criação de estratégias de financiamento: editais, rifas, bazares, doações mensais, apoios institucionais.

- Valorização da participação comunitária: capacitar beneficiários para virarem voluntários.
- Formação de lideranças locais e multiplicadores para autonomia da comunidade.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

8.1 AQUISIÇÃO DO TERRENO E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

Mês	Etapa	Atividades
1	Planejamento Inicial	Levantamento de necessidades; definição da equipe de trabalho.
2	Articulação Institucional	Reunião com lideranças comunitárias, voluntários e órgãos públicos.
3	Projeto Arquitetônico	Elaboração da planta do espaço comunitário (com área de acolhimento/reflexão).
4	Captação de Recursos	Campanhas de doação, parcerias, busca por apoiadores.
5 e 6	Início das Obras	Limpeza do terreno, fundação e construção da estrutura base.
7 e 8	Execução da Estrutura	Continuação das obras; instalações elétricas e hidráulicas.
9	Finalização da Obra	Acabamentos, paisagismo, mobiliário básico.
10	Organização Interna	Recrutamento de voluntários; organização das atividades.
11	Divulgação	Campanha de divulgação na comunidade e nas redes sociais.
12	Inauguração e Início das Ações	Abertura oficial; primeira roda de conversa e lançamento das atividades.

8.2 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Mês	Atividades de Formação Profissional e Renda	Atividades de Saúde, Cultura e Cidadania	Atividades de Meio Ambiente e Apoio a Infância
1	Curso de corte e costura, manicure, eletricitista, etc.	Campanha de prevenção em saúde	Criação de hortas comunitárias
2	Oficina de empreendedorismo	Atendimentos com profissionais voluntários	Oficinas de reciclagem
3	Aulas de informática básica	Mutirão de limpeza e combate à dengue	Campanhas de educação ambiental
4	Jovem Aprendiz Comunitário	Aulas de atividades físicas (zumba, caminhada)	Plantio de árvores e revitalização de espaços
5	Reforço escolar para crianças e adolescentes	Oficinas de arte e cultura (teatro, dança, capoeira)	Grupo de apoio a gestantes e mães solo
6	Clube de leitura e rodas de conversa	Campeonato de futebol e esportes de rua	Atividades lúdicas para crianças pequenas
7	Clube de leitura e rodas de conversa	Cine comunidade	Espaço de convivência familiar

8	Clube de leitura e rodas de conversa	Festa temática (ex: Dia dos Pais, Dia do Estudante)	Espaço de convivência familiar
9	Feira comunitária de produtos artesanais	Plantão de orientação jurídica e social	Espaço de convivência familiar
10	Bazar solidário com produtos da comunidade	Campanha de documentação (RG, CPF, título)	Espaço de convivência familiar
11	Capacitação em culinária (bolos, salgados, marmitas)	Curso sobre direitos sociais e combate à violência doméstica	Espaço de convivência familiar
12	Criação de cooperativas ou grupos produtivos femininos	Palestras sobre políticas públicas e acesso a programas	Espaço de convivência familiar

9. RESULTADOS ESPERADOS

- Fortalecimento dos laços comunitários
- Redução do isolamento social
- Promoção do bem-estar emocional e coletivo
- Criação de uma rede de apoio comunitária sólida

10. SOLICITAÇÃO

A doação ou cessão de um terreno que permita a implantação desse espaço comunitário voltado ao fortalecimento social, ao acolhimento e à convivência solidária.

Ana Meire Lopes de Souza.

ANA MEIRE LOPES DE SOUZA

Presidente da Associação Nossa Senhora de Fátima

Kaliny Patrício do Amaral

KALINY PATRÍCIO DO AMARAL

Assistente Social

CRESS Nº 8665 – 3ª Região/CE